

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes

- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa

- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa

- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim

- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa

- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes

- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez

- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández

- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista

- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki

- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara

- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** Estremoz: assentamento e fronteira
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal
Maria Fernandes
- 142** A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo
Vítor Ribeiro
- 149** Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura
Miguel Ferreira Mendes

ALÉM DA CASA SEM NOME. NOVOS ESTUDOS: CONSTANTINA¹

Vidal Gómez Martínez

Universidad de Sevilla
vidalgomezmartinez@gmail.com

María Teresa Pérez Cano

Universidad de Sevilla
tpcano@us.es

Blanca del Espino Hidalgo

Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico
blanca.espino@juntadeandalucia.es

Palavras-chave: casa popular, arquitetura vernácula, Constantina, Conjunto Histórico

1. Introdução

1.1. A casa sem nome

A linha de investigação a que este trabalho dá continuidade permitiu identificar uma casa popular tradicional que até agora permaneceu incluída na amálgama de denominações – muitas vezes mais ligada à posição social dos seus habitantes do que às suas próprias características arquitetónicas – e quadros tipológicos com os quais a arquitetura doméstica popular em Sevilha é identificada. Uma casa sem reconhecimento cultural próprio, uma casa sem nome.

É uma casa entre paredes meeiras associadas ao parcelário de origem medieval e próprias dos crescimentos da Idade Moderna na província de Sevilha e territórios limítrofes, com base em grandes quarteirões que geram parcelas de terreno com frente estreita e muito profundas, com dimensões entre 6 e 12 metros de frente e entre 20 e 40 metros de fundo e superfícies entre 100 e 300 m².

Configura-se através da justaposição de corpos construídos alternados com espaços livres, de acordo com uma sequência tipológica clara definida pela presença de um corpo de fachada, um pátio, um corpo intermédio e um logradouro no fundo. Toda a estrutura é registada por um sistema de passagens independentes constituídas pelo saguão e pela passagem do corpo intermédio, que separa os compartimentos de acesso aos animais e alcaias agrícolas ao curral – elementos próprios dos habitantes destas casas que trabalharam a terra com os seus próprios meios e precisavam de espaço para o armazenamento dos utensílios e das colheitas. Os corpos construídos são geralmente de dupla nave, permitindo a ventilação direta dos quartos para a rua ou para os espaços livres interiores, e têm uma altura de um piso com sobrado – sótão originalmente destinado ao armazenamento de utensílios e colheitas que gradualmente ganharam altura para acomodar um uso habitacional. As estruturas auxiliares, como a cozinha ou a escada, estão muitas vezes localizadas no pátio, onde uma galeria lateral é por vezes integrada para melhorar o acesso.

A presença de espaços abertos e as alturas limitadas geram um tecido urbano de baixa densidade, normalmente

com um coeficiente de utilização inferior a 1,25. Baseia-se em sistemas de construção simples, ligados aos recursos locais. As paredes são de taipa, tijolo e alvenaria de pedra local – nas serras –, apresentando espessuras entre 40 e 70 cm, e o pavimento do piso superior constituído por troncos ou caibros de madeira com tijolos no espaço entre eles, com vãos que variam entre 2,5 e 3 metros. As coberturas, executadas da mesma forma, apoiam diretamente nas paredes de diferente altura ou sob uma estrutura de tesoura simples executada com troncos e são revestidas por telha de canudo, embora tenham sofrido um forte processo de substituição – principalmente nos corpos internos. A sua aparência é simples, baseada no branco ubíquo das paredes caiadas. Apenas os portais recebem algum ornamento – com uma simples moldura em relevo e bordo saliente na parte superior – e as janelas que sobressaem do plano da fachada.

Ao longo da sua extensa cronologia – que começa com a estabilização pós-Reconquista do século XIV e termina com a industrialização da agricultura e da construção na primeira metade do século XX – esta casa manteve a sua simplicidade característica, embora os portais tenham recebido um certo processo de adaptação formal no período barroco e, ao longo das últimas décadas, sofrido uma clara influência regionalista.

De acordo com as suas características tipológicas, foi finalmente identificada como “*casa popular de saguão, pátio e logradouro*” (Gómez Martínez, 2017).

1.2. Metodologia

Para este estudo inicial recorreu-se a uma metodologia clara baseada em três linhas de trabalho.

- Trabalhos prévios baseados em investigação bibliográfica e de arquivo, com o objetivo de fazer um primeiro esboço de um tipo reconhecido diretamente, mas que não tinha registo documental. Especificamente, foi prosseguido um esquema tipológico inicial, um reconhecimento territorial aproximado e um enquadramento histórico geral que permitiu estabelecer o âmbito de estudo, bem como três estudos de caso – Carmona, Cazalla de la Sierra e Lebrija –, integrando cada uma das unidades geográficas reconhecíveis no campo de estudo e tendo Planos Especiais para a Proteção dos seus Conjuntos Históricos (PEPCH) com uma grande amplitude e resolução.

¹ Redação do ponto 1 de María Teresa Pérez Cano e Blanca del Espino Hidalgo e dos pontos 2, 3 e 4 de Vidal Gómez Martínez.

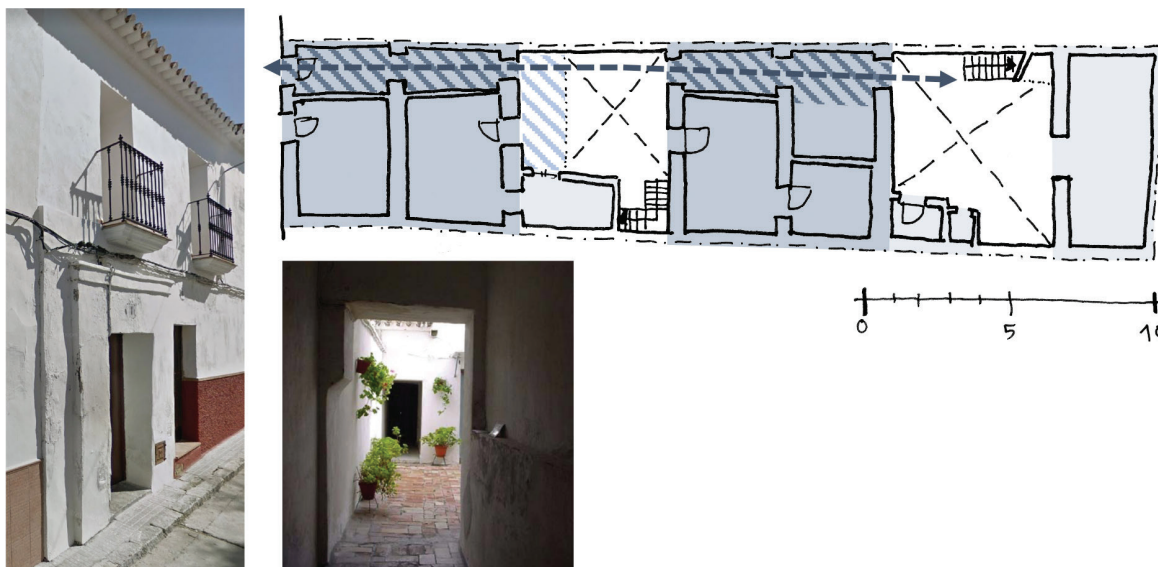


Fig. 1 Casa na rua Chamorro 7, Lebrija (Imagens da ficha D-67 do PEPCH de Lebrija e esquema de planta à escala 1/250, Gómez Martínez, V., 2017)

- Caracterização da tipologia identificada a partir da análise da documentação contida nos Planos Especiais, elaborando uma base de dados que integrasse de modo coerente os critérios de caracterização díspares de cada Plano, para permitir uma leitura conjunta dos mesmos. Isto permitiu extrair a síntese dos elementos que caracterizam esta tipologia, tendo a sua localização planimétrica permitido o enquadramento cronológico nos processos de evolução urbana.
- Comparação de resultados através da realização de publicações parciais e apresentações em encontros internacionais sobre património e arquitetura popular.

1.3. Novos objetivos

No estudo inicial foram estabelecidos casos de estudo privilegiados para a continuação da investigação, como é o caso de Arahál, Constantina, Marchena ou Utrera. Ao mesmo tempo, ficou estabelecido que, para a correta identificação de uma tipologia da arquitetura popular, era necessária a leitura sintética de obras de âmbito local que, apesar de oferecerem resultados precisos, carecem de uma visão da mesma na sua verdadeira dimensão cultural.

A continuação da investigação bibliográfica sustentada permitiu localizar exemplos desta casa nas províncias de Badajoz (Martín Galindo, 2004) e Córdoba (Mendoza Yusta, 2009). Ao mesmo tempo, desenvolvem-se trabalhos cujos objetivos fundamentais são a revisão sistemática da metodologia e a identificação da casa de saguão, pátio e logradouro em novas localizações, neste caso, Constantina.

2. A arquitetura popular doméstica em Constantina

As primeiras obras sobre a arquitetura popular espanhola, realizadas na década de 1930 por Fernando García Mercadal (García Mercadal, 1930) e Leopoldo Torres Balbás (Torres Balbás, 1930), fazem uma alusão clara às principais características da casa popular nas serras da Andaluzia, definindo as suas principais características. Luis Feduchi descreve as principais características tipológicas e formais da casa popular em Constantina: a conformação através de naves paralelas à fachada, os telhados de duas águas, o saguão de acesso, os logradouros, a caiação a branco, as janelas salientes, os portais moldurados, etc. (Feduchi, 1978). Nas décadas de 1980 e 1990 estão referenciadas

descrições mais detalhadas em estudos de âmbito local (Agudo, 1984; Rodríguez, 2001). Isto é um claro reflexo das dificuldades metodológicas no estudo da arquitetura popular, que necessita da participação de equipas transdisciplinares e do estudo a várias escalas para obter uma visão completa. Nem mesmo as diferentes Leis do Património estabeleceram uma categoria própria de proteção para além da figura do Conjunto Histórico (CH), que recolhe os seus valores de configuração do tecido urbano e do ambiente, pondo de lado os valores de cada elemento enquanto arquitetura determinante e de apoio à sua cultura.

As leis patrimoniais exigem a elaboração de documentos de proteção para os CH, que constituem os únicos trabalhos que abordam o estudo da arquitetura popular com equipas transdisciplinares e com a maior capacidade de resposta, mas desde a escala local. A leitura sintética destes documentos é essencial para perceber a verdadeira dimensão cultural da arquitetura popular, ultrapassando a escala local. Dada a abordagem de facto urbano, inerente à figura do CH, trata-se de documentos ligados à disciplina urbanística, podendo desenvolver-se como documento independente – Plano Especial para a Proteção do Conjunto Histórico (PEPCH) – ou integrando-se no planeamento geral – Plano Geral de Planeamento Urbano (PGOU) ou Normas Subsidiárias Municipais (NNSSMM).

2.1. O Conjunto Histórico

O CH de Constantina tem, desde a sua origem, um processo tortuoso de proteção, tanto na declaração como no desenvolvimento dos instrumentos de proteção. Tem início em 1982 (BOE, 1982), no âmbito da Lei do Património de 1933 (Gaceta de Madrid, 1933), mediante uma sucinta resolução sem referência aos valores do CH, e inclui uma precisa delimitação literal. Apesar das exigências desta lei e da posterior, de 1985 (BOE, 1985), 22 anos passarão até à declaração do CH de Constantina como Bem de Interesse Cultural, bem como à sua inclusão no Catálogo Geral do Património Histórico de Andaluzia – esta última exigida no quadro da Lei do Património Histórico da Andaluzia de 1991 (BOJA, 1991) – mediante o Decreto 421/2004 (BOJA, 2004), que também não aprofunda os seus valores patrimoniais. Quanto às edificações que compõem a maior parte do tecido urbano, refere-se brevemente que: *Estas vias longitudinais [ruas] são atravessadas por outras perpendiculares que se*

adaptam à encosta por rampas e escadas [travessas], gerando parcelas irregulares ocupadas por casas unifamiliares de tipologia doméstica, de planta muito irregular com quintal, rés-do-chão e piso superior ou sótão e cobertura em telha.

2.2. Plano Geral de Planeamento Urbano

Após o longo processo de declaração do CH, a Câmara Municipal de Constantina – em resposta a exigência das leis de Património – opta por associar conteúdo de proteção ao PGOU (Ayuntamiento de Constantina, 2019), que inicia a sua elaboração e processamento em 2006 com o documento de *Avanço*. A aprovação deste plano é tão tortuosa como a declaração de CH, estando no momento da elaboração deste artigo ainda à espera de Aprovação Final. O documento, preparado por uma grande equipa sob a direção do arquiteto Alfredo Linares Agüera, serve de apoio para este estudo. Ao mesmo tempo, permitirá analisar a vigência em relação à arquitetura popular dos PGOU com conteúdo específico de proteção frente aos PEPCH. O conteúdo específico de proteção compreende um Catálogo – inventário de edificações com interesse patrimonial, composto por uma memória e uma relação de fichas de cada um dos imóveis catalogados – e Planos de Proteção – onde são referidos todos os elementos de interesse patrimonial e as intervenções permitidas.

2.2.1. Tipologias de arquitetura popular doméstica

A memória do catálogo faz uma leitura do casario residencial limitada aos valores ambientais, sem realizar uma valoração da própria arquitetura popular. Identifica quatro tipos fundamentais que “interpreta” como uma evolução contínua desde a casa inicial, sem, no entanto, justificar a cronologia apontada:

- Casa tradicional-popular de um piso. É o tipo essencial, composto por um corpo construído paralelo à fachada e com duas *naves* – espaço livre entre duas paredes-mestras paralelas – e um logradouro com acesso através de saguão. É implantado até ao século XIX e fortemente substituído ao longo do século XX pelas suas escassas dimensões. A construção é simples, de muros em taipa ou tijolo, pavimentos com troncos ou caibros de madeira e coberturas de telha de canudo. Igualmente simples é a formalização, baseada na abertura orgânica de vãos;
- Casa tradicional-popular com sótão. Define-se como o resultado da evolução natural da primeira, pela adição do sótão para albergar as colheitas e as alfaias;
- Casa urbana resultante da evolução da casa tradicional. Este tipo resulta da adaptação à vida urbana, em que os espaços mais vinculados às atividades agrícolas se vão convertendo em espaços habitacionais mediante a transformação dos sótãos em primeiros andares e a ocupação dos logradouros com corpos construídos, em alternância com espaços livres. São geradas assim duas tipologias:
 - Casa-pátio, em parcelas com frente larga, onde o espaço livre principal é organizador da casa a nível tipológico;
 - Casa articulada ao longo um corredor, em parcelas com pouca frente e grande profundidade, onde os espaços livres servem fundamentalmente para a ventilação dos quartos;
- Casa urbana de nova implantação. São construções novas realizadas a partir do final do século XIX, completamente desligadas da atividade agrícola, de espaços mais generosos e fachadas com vãos maiores e alinhados entre andares que acompanham a formalização regionalista própria da época.

2.2.2. Catalogação

O PGOU inclui um vasto catálogo de elementos, incluindo imóveis, espaços urbanos, elementos de interesse arqueológico e etnológico, tanto dentro como fora do CH. No CH, cataloga 263 imóveis, correspondendo a cada um deles uma ficha com uma breve descrição, planta de localização, fotografia, justificação de catalogação e, por vezes, folhas adicionais com plantas e outras informações.

2.2.3. Proteção

São estabelecidas duas estratégias de proteção para o património construído:

- Proteção específica das edificações através da catalogação, definindo três níveis de proteção para os imóveis em função das suas propriedades patrimoniais, em que são gradualmente permitidos níveis de intervenção mais elevados: proteção integral (A), global (B) e parcial (C);
- Proteção genérica através dos critérios de ordenamento urbanístico específicos para o CH concebidos para a preservação dos seus valores patrimoniais.

A arquitetura popular tem uma grande presença no CH, abrangendo 247 dos 263 imóveis (93,91%), com um nível de proteção maioritariamente parcial, em muito menor medida com proteção global e alguns com proteção intermédia (206 catalogados C, 32 B e 9 B-C).

3. A casa de saguão, pátio e logradouro em Constantina

3.1. Enquadramento tipológico

A análise tipológica proposta no Plano faz uma interpretação evolutiva da casa popular, mas a descrição é contraditória com esta interpretação. De facto, reconhecem-se várias tipologias de configuração bem diferenciada que, usando a nomenclatura do plano, se designam:

- Casa tradicional-popular com um único corpo de fachada, normalmente composto por duas naves, com e sem sótão, de construção modesta e formalização simples;
- Casa tradicional-popular com pátio ou logradouro, associada a parcelas de maior profundidade, dotada de espaços livres interiores (pátios e logradouros), igualmente de construção modesta e formalização simples;
- Casa corredor urbana, composta de corpos construídos alternados com espaços livres (pátio e logradouro) ligados por corredor, constituindo resposta a uma construção pré-industrial e a uma formalização mais elaborada de recorte historicista;
- Casa-pátio urbana, composta de um corpo principal em fachada, organizado em torno ao pátio, podendo igualmente apresentar pátio traseiro ou logradouro se a parcela tiver profundidade suficiente, sendo também de construção pré-industrial e formalização historicista.

As duas primeiras respondem a uma cronologia que chega até ao século XVIII, dando lugar às segundas no século XIX.

O esquema tipológico da casa de saguão, pátio e logradouro vê-se claramente refletido na descrição da *casa urbana, evolução da casa tradicional articulada ao longo de um corredor*, mas também na *casa tradicional-popular com sótão* quando a sua profundidade permite um desenvolvimento tipológico mais complexo. Lamentavelmente, as fichas do catálogo não incluem um enquadramento tipológico, o que impede o estabelecimento, com maior precisão, de correspondência entre as tipologias referidas.

A configuração formal dos imóveis tem uma relevância secundária na identificação tipológica, sendo comum a presença de diversas formalizações em tipologias de

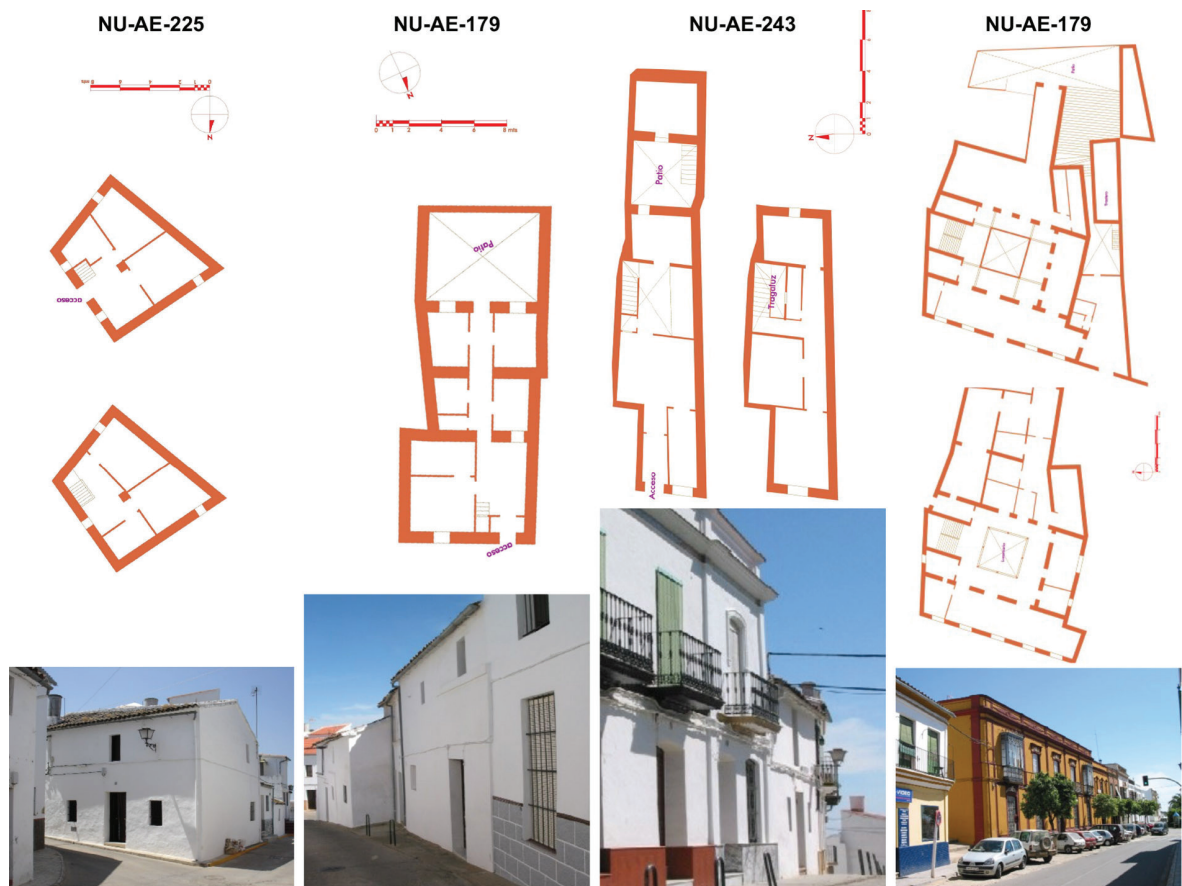


Fig. 2 Tipologias de arquitetura popular doméstica (PGOU de Constantina)

cronologias muito dilatadas, como é o caso da casa de saguão, pátio e logradouro que em Constantina apresenta uma formalização simples, de influência barroca ou regionalista de acordo com a época da construção.

De facto, esta casa de saguão, pátio e logradouro tem uma clara presença no CH de Constantina, entre a casa corredor urbana e a casa tradicional-popular com pátio ou logradouro. Concretamente, identificam-se 37 imóveis correspondentes a esta tipologia, representando 14,01% do total de imóveis catalogados. Este dado confirma a presença desta tipologia em Constantina com uma relevância similar a outros casos estudados pelos autores – como Carmona, com 11,04%, ou Cazalla de la Sierra, com 12,50%.

3.2. Caracterização

3.2.1. Configuração tipológica e arquitetónica

Tanto as descrições das tipologias analisadas na memória de informação do Plano como as notas incluídas nas fichas do catálogo fazem um retrato preciso destes imóveis que se adequa claramente à da casa popular de saguão, pátio e logradouro. Esta identificação ocorre tanto ao nível do sistema de desenvolvimento tipológico como do sistema construtivo e da formalização.

A nível tipológico repete-se de modo sistemático a alternância de corpos construídos – maioritariamente de duas naveas (64,86%) e dois pisos (91,89%) – com espaços livres, seguindo a sequência de corpo de fachada, pátio, corpo intermédio e logradouro.

Em contraponto aos casos estudados anteriormente, o corpo de fachada é quase sempre de dois andares e acolhe no interior a escada de acesso ao primeiro andar. Provavelmente isso é devido à cronologia recente destas casas, tendo sido logo edificadas com assoalhadas nos

primeiros andares, sem necessidade de adaptação dos sótãos de uso agrícola.

Uma outra peculiaridade autóctone desta casa em Constantina é a dificuldade da conservação do logradouro, encontrando-se até 29,73% de edifícios sem logradouro devido à falta de espaço na parcela, à ocupação dos mesmos ou à ligação às ruas traseiras.

A nível construtivo, estes imóveis são constituídos por paredes de tijolo e pavimentos de caibros de madeira próprios da construção pré-industrial, em detrimento dos muros de taipa e das lajes de troncos. As coberturas são maioritariamente de telha de canudo (86,49%), normalmente ocultas desde a rua com platibandas (72,97%) em substituição dos telhados rematados por beiral.

Também como consequência desta cronologia recente, observa-se uma presença maioritária da formalização regionalista ou historicista – reinterpretção formal da arquitetura tradicional local com formas estilizadas próprias dos finais do século XIX e inícios do século XX – e

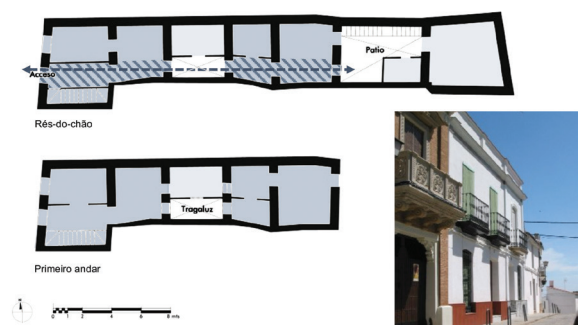


Fig. 3 Casa na praça de Santa Ana 9, Constantina (Ficha NU-AE-242, escala 1/250, PGOU de Constantina, revista pelos autores)



Fig. 4 Caracterização da casa de saguão, pátio e logradouro em Constantina (PGOU de Constantina)

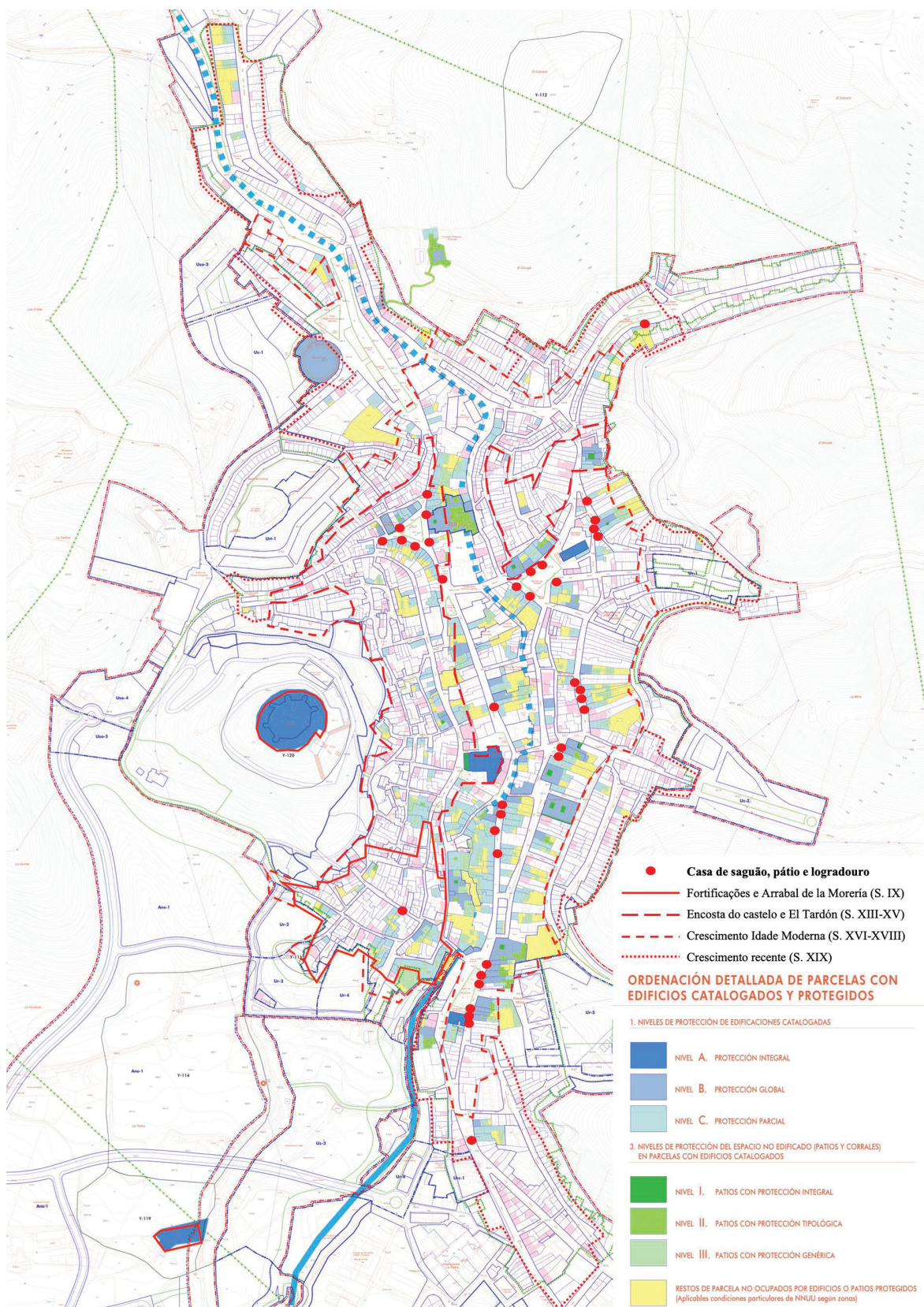


Fig. 5. A casa popular de saguão, pátio e logradouro em Constantina, escala 1/7 500 (*Ordenación detallada* de elementos protegidos, PGOU de Constantina, elaborado sobre o plano PC6)

o uso sistemático das varandas (até 89,19% dos casos). A formalização simples, própria de casas anteriores ao século XVIII, é minoritária.

Os parâmetros dimensionais dos imóveis mostram-nos uma clara predominância de parcelas médias com superfícies entre 200 e 400 m² (59,46%), frentes entre 6 e 10 metros (64,86%) e coeficiente de utilização relativamente baixo, inferior a 1,50 (67,57%), resultando ligeiramente maiores do que as analisadas em outros CH (parcelas de 100 a 300 m² com coeficientes de utilização abaixo de 1,25).

3.2.2. Cronologia e implantação urbana

As leituras dos dados cronológicos mostrados pelas fichas do catálogo oferecem dados que podem ser contraditórios se mal interpretados, mas que oferecem uma valiosa informação para perceber corretamente o processo de implantação.

Por um lado, 48,65% dos imóveis foram construídos a partir de finais do século XIX. Por outro, constata-se que só 5,41% dos mesmos estão localizados em áreas de crescimento recente (século XIX) e nenhum em áreas de crescimento contemporâneo (século XX). Os 94,59% restantes situam-se em áreas urbanas consolidadas entre os séculos XVI e XVIII (64,86%), XIII e XV (27,03%) ou anteriores (2,70%). O que quer dizer que, provavelmente, é uma tipologia empregada desde o século XVIII até ao início do século XX, mas associada a processos naturais de substituição das edificações.

É importante sublinhar que Constantina é uma cidade que nasce na encosta do castelo, no vale do rio Arroyo de la Villa, que foi paulatinamente encanado nos últimos dois séculos. A casa popular de saguão, pátio e logradouro localiza-se principalmente no fundo deste vale – relativamente aberto – e em menor medida nas encostas mais suaves, onde a topografia permite o traçado de quarteirões de maior dimensão. Nas encostas mais inclinadas, a sucessão de ruas e travessas decorrente da adaptação à topografia obrigou à criação de quarteirões mais compridos e estreitos entre ruas. Neste tecido localiza-se a casa popular-tradicional em rés-do-chão ou com sótão, ocupando muito frequentemente a parcela completa.

4. Conclusões

A extensão do trabalho de reconhecimento da casa de saguão, pátio e logradouro em Constantina, como novo estudo de caso, confirma a validade da metodologia utilizada apesar das diferenças naturais entre os diferentes planos analisados e da falta de elementos como a planimetria interior – o que tornou a leitura tipológica difícil mas não impossível –, permitindo que a base de dados fosse preenchida com novas fichas com a maioria dos campos preenchidos.

A obtenção e comparação de novos dados permitem-nos fazer um perfil com maior precisão das características, implantação territorial e cronologia desta casa de saguão, pátio e logradouro. No caso de Constantina, está associado a processos de substituição das edificações em áreas de crescimento da Idade Moderna, muito provavelmente em substituição de edifícios tipologicamente semelhantes, dadas as dimensões das parcelas.

O PGOU de Constantina tem um profundo conteúdo de proteção mas com níveis de resolução e profundidade inferiores aos dos PEPCH anteriormente analisados pelos autores.

Referências bibliográficas

- Ayuntamiento de Constantina (2019). *Plan General de Ordenación Urbanística de Constantina* (PGOU), documento de Aprobación Provisional 3.ª. Pleno de Alcaldía de 20 de mayo de 2019.
- BOE, Boletín Oficial del Estado (1982). *Resolución 29425/1982, de 1 de julio, por la que se acuerda la incoación del expediente de declaración como Conjunto Histórico a favor de la villa de Constantina, n.º 271*, de 11 de noviembre de 1982.
- BOE, Boletín Oficial del Estado (1985). *Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español*, n.º 155, de 29 de junio de 1985.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (1991). *Ley 1/1991, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía*, n.º 59, de 13 de julio de 1991.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (2004). *Decreto 421/2004, de 1 de junio, por el que se declara Bien de Interés Cultural, con la categoría de Conjunto Histórico, el sector delimitado de la población de Constantina*, n.º 124, de 25 de junio de 2004.
- BOJA, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (2007). *Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía*, n.º 248, de 19 de diciembre de 2007.
- Feduchi, L. et al. (1978). *Itinerarios de arquitectura popular española*. Barcelona: Blume.
- Flores, C. (1973). *Arquitectura popular española*. Madrid: Aguilar.
- Gaceta de Madrid (1933). *Ley relativa al Patrimonio Histórico Artístico Nacional*, n.º 145, de 25 de mayo de 1933.
- García Mercadal, F. (1930). *La casa popular en España*. Bilbao: Espasa-Calpe.
- Gómez Martínez, V. (2007). *Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Gómez Martínez, V. (2017). *La casa sin nombre. Una casa popular tradicional en la provincia de Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Gómez Martínez, V. et al. (2008). "Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla". *Libro de Actas IX Congreso internacional de rehabilitación del Patrimonio arquitectónico y edificación*. Gran Canaria: Centro Internacional de Conservación del Patrimonio, pp. 253-257.
- Gómez Martínez, V. et al. (2016). "Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica" in André, P. (ed.). *Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda*. Lisboa: DINÂMIA' CET-IUL, pp. 62-80.
- Martín Galindo, J. L. & Miguel Orovengua, J. (2004). *Arquitectura tradicional en la provincia de Badajoz*. Badajoz: Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz.
- Melero Melero, M. L. (1995). *Inventario andaluz de arquitectura popular (2.ª fase): uso preferente habitación. Provincia de Sevilla. Catálogo fotográfico, fichas de inventario e informe final (Trabajos inéditos)*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Dirección General de Bienes Culturales.
- Mendoza Yusta, R. (2009). "Arquitectura vernácula en el valle del Guadiato". *Arte, arqueología e historia*, n.º 16, pp. 481-488.